



RELATÓRIO

Análise técnica de propostas

Dezembro de 2025

Ficha técnica

Promoção

Município de Estarreja

Financiamento

União Europeia

Análise, notas técnicas e validação de propostas

Município de Estarreja

Edição do relatório

Associação Oficina de Planeamento e Participação

Data do relatório

10 de dezembro de 2025

Índice

Introdução.....	4
1. Propostas excluídas e fundamentos	7
Projeto 3 Parque Natural Local	7
Projeto 4 Criação de um organismo para gerir as águas no campo e a manutenção de sistemas de comportas	8
Projeto 6 Limpeza e reabilitação dos esteiros.....	8
Projeto 10 Associação de proprietários florestais.....	9
Projeto 14 Reciclagem / Reutilização / Remoção / Racional (4Rs)	9
Projeto 15 Planos de valorização histórica e cultural do concelho	9
Projeto 16 Promoção da investigação acerca do património natural.....	10
Projeto 17 Brigada de fiscalização ambiental.....	10
Projeto 18 Vigilância cidadã	11
Projeto 19 S.O.S. Ambiente	11
Projeto 20 Conselho Municipal do Ambiente	11
Projeto 21 Brigada verde.....	12
Projeto 22 + Floresta	12
2. Projetos para votação	14
Projeto 1 Rede Municipal de Microrreservas.....	14
Projeto 2 Nascentes e charcos de Estarreja: Valorização de espaços azuis.....	15
Projeto 3 Renaturalizar o Antuã: Conservação e Restauro da Galeria Ripícola de um troço do Rio (antigo Projeto 5)	16
Projeto 4 Parque Natural de âmbito local (antigo Projeto 7)	17
Projeto 5 Plano de controlo de espécies invasoras (antigo Projeto 8)	18
Projeto 6 + Floresta: Promoção da Floresta Nativa (Fusão dos Projetos 9 e 22).....	19
Projeto 7 Trilhos do Vale do Antuã: Valorização do Património Natural e Cultural (antigo Projeto 11).....	21
Projeto 8 Arroz Estarreja: Incentivo e valorização da orizicultura (antigo Projeto 12).....	21
Projeto 9 Cultivar Saber: Capacitar para uma Agricultura Sustentável (antigo Projeto 13)	22
Projeto 10 Jardins do Futuro: Espaços Verdes Resilientes e de Baixa Manutenção (antigo Projeto 23).....	23
3. Lista final de projetos	25

Introdução

O ECO – Estarreja Colaborativa Orientadora é uma iniciativa do Município de Estarreja, dinamizada no âmbito do TRANS-lighthouses, um projeto europeu focado na criação e implementação de Soluções baseadas na Natureza (SbN) inovadoras, assentes na participação e inclusão das comunidades locais. Esta iniciativa piloto no concelho surge do objetivo de promover e valorizar o património natural do concelho de Estarreja, tendo como premissa o envolvimento dos vários atores-chave presentes no território, para integrar diferentes interesses e visões na construção e implementação de uma solução baseada na Natureza. Em termos práticos, está a ser desenvolvido um processo participativo, organizado em diversas fases, tendo ocorrido até ao momento duas fases, como exposto de seguida.

Fase 1 | Co-diagnóstico

Decorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2025, e implicou a realização de:

- 6 sessões dirigidas à comunidade em várias freguesias/localidades de Estarreja;
- 1 sessão concelhia dirigida às entidades com atuação no concelho;
- 1 sessão interna que envolveu representantes de vários serviços municipais;

35 medidas e 285 ações resultaram destas sessões e foram posteriormente sujeitas a análise técnica pelos serviços municipais, tendo sido priorizadas para co-desenho na Fase 2 aquelas que melhor se enquadravam no âmbito do projeto.

Fase 2 | Co-desenho

Consistiu na realização de uma sessão participativa de co-desenho no dia 28 de junho, no Eco Parque Empresarial de Estarreja, com a finalidade de envolver a comunidade na priorização das medidas e ações identificadas na Fase 1, e no desenvolvimento e melhoria das mesmas.

Assim, um pacote de 17 medidas e 99 ações foram validadas pelos serviços municipais para poder ser consideradas e discutidas pela comunidade nesta fase, por melhor se enquadrarem nos propósitos do TRANS-lighthouses. Os participantes da sessão, organizados em grupos de trabalho, priorizaram e detalharam as ações que, na sua perspetiva, melhor respondiam aos desafios do território, resultando um conjunto final de **23 propostas** de intervenção.

Nesse seguimento, coube aos serviços municipais analisar as mesmas de forma a apurar a sua elegibilidade para a etapa de votação pública.

Expõem-se, nos próximos capítulos, os resultados desse trabalho de análise técnica, começando com os critérios e fundamentos que levaram à exclusão de algumas propostas, e culminando na lista final de projetos que foram considerados elegíveis para a fase de votação.

Como sumário da explicação detalhada, apresenta-se abaixo a lista das 23 propostas resultantes da fase de co-desenho, bem como a síntese da análise técnica e lista final de projetos considerados elegíveis pelos serviços municipais para votação:

Lista de projetos da sessão de co-desenho		Lista final de projetos para votação
N.º Projeto	Designação do projeto	Designação do projeto
1	Rede Municipal de Microrreservas	Projeto 1 Rede Municipal de Microrreservas
2	Nascentes e charcos de Estarreja — Valorização de espaços azuis	Projeto 2 Nascentes e charcos de Estarreja: Valorização de espaços azuis
3	Parque natural local	Fusão com o Projeto n.º 7 da sessão de co-desenho
4	Criação de um organismo para gerir as águas no campo e a manutenção de sistemas de comportas	Excluído
5	Conservação, recuperação e beneficiação dos cursos de água, da galeria ripícola e da biodiversidade	Projeto 3 Renaturalizar o Antuã: Conservação e Restauro da Galeria Ripícola de um troço do Rio
6	Limpeza e reabilitação dos esteiros	Excluído
7	Parque Natural do BIORIA e do Baixo Vouga Lagunar de âmbito local	Projeto 4 Parque Natural de âmbito local
8	Plano de controlo de espécies invasoras	Projeto 5 Plano de controlo de espécies invasoras
9	Incentivo à plantação de espécies autóctones	Projeto 6 + Floresta: Promoção da Floresta Nativa
10	Associação de proprietários florestais	Excluído
11	Valorização sustentável do Vale do Antuã através da criação de rotas e trilhos	Projeto 7 Trilhos do Vale do Antuã: Valorização do Património Natural e Cultural
12	Arroz Estarreja DOP — Incentivo e valorização da produção agrícola	Projeto 8 Arroz Estarreja: Incentivo e valorização da orizicultura

13	Promover a informação para os agricultores	Projeto 9 Cultivar Saber: Capacitar para uma Agricultura Sustentável
14	Reciclagem / Reutilização / Remoção / Racional (4Rs)	Excluído
15	Planos de valorização histórica e cultural do concelho	Excluído
16	Promoção da investigação acerca do património natural	Excluído
17	Brigada de fiscalização ambiental	Excluído
18	Vigilância cidadã	Excluído
19	S.O.S. Ambiente	Excluído
20	Conselho Municipal do Ambiente	Excluído
21	Brigada Verde	Excluído
22	+ Floresta	Fusão com o Projeto n.º 9 da sessão de co-desenho
23	Áreas verdes sustentáveis no Município de Estarreja	Projeto 10 Jardins do Futuro: Espaços Verdes Resilientes e de Baixa Manutenção

1. Propostas excluídas e fundamentos

O conjunto de 23 propostas resultantes da sessão de co-desenho, foi sujeito a um processo de validação técnica pela equipa da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade do Município de Estarreja, tendo em conta os seguintes critérios:

- a. **Enquadramento legal** – a execução do projeto deve respeitar as normativas legais nacionais, assim como as competências municipais;
- b. **Exequibilidade temporal** – o projeto deve poder ser parcial ou totalmente implementado durante o ano de 2026, respeitando, pelo menos em parte, o período de execução do TRANS-lighthouses;
- c. **Âmbito** (TRANS-lighthouses) – o projeto deve respeitar o âmbito do TRANS-lighthouses, podendo ser inserido no campo das Soluções baseadas na Natureza, mesmo que num sentido mais amplo;
- d. **Objetivos** (ECO – Estarreja Colaborativa e Orientadora) – o projeto deve procurar assegurar os objetivos do ECO, nomeadamente a “promoção e valorização do património natural de Estarreja”.

Com base nesta análise técnica, e tendo em conta os critérios referidos acima, considerou-se pertinente **excluir da fase de votação 13 propostas**, duas destas sendo resultado da união com outras propostas. Uma vez que algumas das propostas retiradas foram consideradas como prioritárias pelos participantes, mas não cumprindo o âmbito e/ou objetivos do projeto, a sua implementação, no seu todo ou em parte, será considerada pelo Município, embora de forma independente do TRANS-lighthouses e do ECO.

As propostas excluídas da fase de votação, assim como a justificação para a sua exclusão ou fusão com projetos similares, expõem-se seguidamente.

Projeto 3 | Parque Natural Local

O Projeto 3 “Criação de um Parque Natural Local” **foi fundido com o Projeto 7** “Criação do Parque Natural do BioRia e do Baixo Vouga Lagunar, de âmbito local”, uma vez que apresentam âmbito e objetivos coincidentes, e que ambas as propostas convergem na criação de uma estrutura de gestão e conservação da natureza à escala local. Contudo, o Projeto 7 encontra-se mais desenvolvido e definido, apresentando objetivos concretos e um enquadramento conceptual mais completo.

Por este motivo, optou-se pela apresentação do Projeto 7, com fusão dos contributos do Projeto 3, evitando duplicação de conteúdos e garantindo coerência, clareza e eficiência no conjunto final de propostas resultantes do processo participativo.

Projeto 4 | Criação de um organismo para gerir as águas no campo e a manutenção de sistemas de comportas

A exclusão do Projeto 4 "Criação de um organismo para gerir as águas no campo e a manutenção de sistemas de comportas" fundamenta-se na ausência de ações concretas a implementar e as limitações temporais do projeto. Embora a temática da gestão das águas e da manutenção dos sistemas de comportas no Baixo Vouga Lagunar seja de reconhecida relevância para a sustentabilidade ambiental e agrícola da região, considera-se que a proposta carece de um enquadramento técnico e operacional que permita a sua execução no âmbito do presente projeto.

Adicionalmente, destaca-se a importância do acompanhamento das obras de defesa primária do Baixo Vouga, cuja fase de implementação ultrapassa o horizonte temporal deste projeto. Assim, apesar da pertinência do tema, a proposta não reúne as condições necessárias para ser integrada nesta fase, podendo ser reavaliada futuramente em articulação com as entidades competentes.

Projeto 6 | Limpeza e reabilitação dos esteiros

O Projeto 6 "Limpeza e reabilitação dos esteiros" foi excluído por não se enquadrar no âmbito das competências municipais, uma vez que a gestão e manutenção hidráulica dos canais principais da Ria de Aveiro, incluindo dragagens, conservação de margens e garantia da navegabilidade, é da competência da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), através da Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARH Centro). Adicionalmente, a tipologia de ações inerentes a esta proposta implica processos complexos, que envolvem planeamento técnico, obtenção de licenças, avaliação de impactes, contratação especializada e uma execução faseada, normalmente associada a longos períodos de intervenção elevados.

Pela sua natureza faseada e prolongada, a sua implementação ultrapassa largamente o horizonte temporal previsto para o presente projeto. Assim, e apesar da relevância da matéria

em questão, a intervenção proposta não reúne condições para ser integrada na fase de votação pública.

Projeto 10 | Associação de proprietários florestais

O Projeto 10, relativo à criação de uma “Associação de proprietários florestais”, foi excluído por não integrar o âmbito das competências municipais, tratando-se de uma iniciativa que deve emergir dos próprios proprietários ou de entidades setoriais com legitimidade para o efeito. Importa ainda referir que a Associação Florestal do Baixo Vouga é uma entidade formada e especificamente vocacionada para esta área, com atuação no território de Estarreja, e competências técnicas e operacionais para apoiar os proprietários florestais, promover a gestão sustentável dos espaços florestais e desenvolver ações de formação, aconselhamento e acompanhamento no terreno. A constituição de uma nova estrutura com funções equivalentes resultaria numa duplicação de organizações e numa dispersão de recursos, sem acrescentar valor efetivo à gestão florestal local.

Projeto 14 | Reciclagem / Reutilização / Remoção / Racional (4Rs)

A exclusão do Projeto 14 "Reciclagem / Reutilização / Remoção / Racional (4Rs)" justifica-se pela falta de enquadramento no âmbito definido para o presente projeto, não podendo ser considerada uma Solução baseada na Natureza na sua essência. Apesar da relevância das práticas associadas aos 4Rs, o objetivo da proposta não se centra na valorização e promoção do património natural de Estarreja através da implementação de Soluções baseadas na Natureza, que constitui o foco principal deste processo participativo. Assim, por não se enquadrar no âmbito nem seguir os objetivos do ECO, optou-se por retirar este projeto da fase de votação.

Projeto 15 | Planos de valorização histórica e cultural do concelho

Não obstante o mérito e o interesse da proposta, a sua exclusão da fase de votação decorre do facto de não se enquadrar no conceito de Solução Baseada na Natureza (SbN), constituindo assim uma iniciativa fora do âmbito técnico e conceptual do projeto TRANS-lighthouses. Acresce que a proposta não responde aos objetivos estruturantes do ECO, centrados na valorização, proteção e dinamização do património natural de Estarreja, razão pela qual não pôde ser integrada no processo participativo em curso.

Importa, contudo, referir que a pertinência da proposta não é desconsiderada. Tratando-se de uma intervenção que se insere nas competências municipais, a sua eventual implementação poderá ser analisada e ponderada autonomamente pelos serviços municipais, de forma independente do TRANS-lighthouses e do ECO, em momento oportuno e mediante avaliação da sua viabilidade técnica, financeira e estratégica.

Projeto 16 | Promoção da investigação acerca do património natural

Após análise técnica, este projeto foi excluído da fase de votação, uma vez que não se enquadra no conceito de Solução Baseada na Natureza (SbN), requisito central do TRANS-lighthouses, apesar de contribuir para o objetivo de "promover e valorizar o património natural do concelho".

Adicionalmente, importa referir que o Município de Estarreja dispõe atualmente de diversos protocolos de colaboração com Instituições de Ensino Superior, os quais têm permitido, de forma contínua, o acolhimento e acompanhamento de estágios curriculares, teses de mestrado e outros projetos académicos. Assim, parte das finalidades apontadas na proposta encontra-se já assegurada por mecanismos existentes e em funcionamento.

Por último, considerando que o projeto em causa apresenta um horizonte temporal alargado e exigiria um acompanhamento prolongado, a sua implementação, mesmo que parcial, revelar-se-ia incompatível com o período de execução do TRANS-lighthouses.

Projeto 17 | Brigada de fiscalização ambiental

O Projeto 17 “Brigada de fiscalização ambiental” foi excluído da fase de votação por não se enquadrar no conceito de Solução Baseada na Natureza (SbN), estando assim fora do âmbito do TRANS-lighthouses.

Importa ainda salientar que o Município de Estarreja dispõe já de mecanismos próprios de fiscalização, assegurados por equipas municipais com competências nesta matéria, o que significa que parte dos objetivos apresentados na proposta se encontra atualmente abrangida.

Contudo, e considerando a elevada prioridade atribuída pelos participantes durante a sessão de co-desenho, o Município irá proceder à análise da possibilidade de reforço das ações de fiscalização ambiental, bem como da viabilidade de reativação de funções tradicionalmente associadas a perfis como guarda-florestal ou guarda-rios. Esta análise será desenvolvida em sede

municipal, de forma autónoma e independente do TRANS-lighthouses e do processo participativo ECO, procurando garantir respostas mais eficazes às necessidades identificadas pela comunidade.

Projeto 18 | Vigilância cidadã

O Projeto 18, intitulado “Vigilância cidadã”, foi excluído da fase de votação por não se enquadrar no conceito de Solução Baseada na Natureza (SbN), encontrando-se, por esse motivo, fora do âmbito de intervenção do TRANS-lighthouses. No entanto, existindo diversas ações previstas na proposta que envolvem competências que são da responsabilidade direta do Município, e tendo em consideração a prioridade média atribuída pelos participantes durante a sessão de co-desenho, a equipa municipal procederá à avaliação da pertinência e viabilidade de implementar, de forma faseada ou parcial, algumas das ações sugeridas, independentemente do processo TRANS-lighthouses e do ECO.

Projeto 19 | S.O.S. Ambiente

A exclusão do Projeto 19 “S.O.S. Ambiente” da fase de votação justifica-se por não se enquadrar no conceito de Solução Baseada na Natureza, encontrando-se, por conseguinte, fora do âmbito do TRANS-lighthouses. Não obstante, atendendo à pertinência da medida e à elevada prioridade atribuída pelos participantes na sessão de co-desenho, a sua exequibilidade e eventual implementação serão objeto de análise por parte do Município, no quadro das respetivas competências e de forma independente do processo TRANS-lighthouses e do ECO.

Projeto 20 | Conselho Municipal do Ambiente

O Projeto 20 “Conselho Municipal do Ambiente” foi excluído da fase de votação por já se encontrar prevista a implementação de um mecanismo equivalente no âmbito do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC). Com efeito, o PMAC prevê a criação de um Conselho Local de Acompanhamento, concebido como uma “estrutura flexível, inclusiva e de carácter consultivo, e base voluntária”. Este órgão será presidido pela Câmara Municipal de Estarreja e deverá integrar “elementos representantes de todos os departamentos municipais relevantes, assim como um grupo de consultoria externa, que reúna os principais atores-chave representativos da sociedade civil e instituições”.

Tendo em consideração a dimensão ambiental abrangida por este futuro Conselho, conclui-se que não se justifica a criação de um segundo órgão consultivo que replicaria, em larga medida, os mesmos objetivos e características. Não obstante, os contributos recolhidos através deste projeto serão considerados e integrados no processo de conceção e operacionalização do Conselho Local de Acompanhamento, garantindo que as ideias apresentadas informam e enriquecem a estrutura que está em desenvolvimento.

Projeto 21 | Brigada verde

O projeto 21 “Brigada Verde” assenta na constituição de um grupo de trabalho composto por diversas entidades e atores com atuação no concelho, dedicado à organização e promoção de atividades ambientais em regime de voluntariado. A participação voluntária torna a sua implementação incerta, uma vez que não existe, à data, um levantamento concreto que permita aferir o grau de interesse e de disponibilidade das diversas entidades e atores do território. Acresce que alguns dos objetivos operacionais previstos neste projeto, nomeadamente ações de sensibilização ambiental e iniciativas de plantação, já se encontram contemplados noutros projetos em análise ou em execução.

Considerando que a viabilidade deste projeto depende significativamente do envolvimento de entidades externas e que não estão asseguradas as condições necessárias para garantir a sua efetiva implementação numa fase posterior à votação, conclui-se pela exclusão do processo.

Projeto 22 | + Floresta

Tendo em consideração as semelhanças identificadas e os objetivos comuns entre o **Projeto 22** “+ Floresta” e o **Projeto 9** “*Incentivo à plantação de espécies autóctones*”, decidiu-se proceder à **fusão** de ambos. Esta opção fundamentou-se, sobretudo, no facto de três dos principais objetivos do Projeto 22 poderem ser plenamente alcançados através do Projeto 9, nomeadamente a salvaguarda dos valores naturais, a redução do risco de incêndio e o incremento das áreas de floresta de conservação. Acresce referir que o apoio ao emparcelamento e à gestão territorial, bem como a otimização das produções florestais, constituem já atribuições da Associação de Produtores Florestais do Baixo Vouga e do Gabinete Técnico Florestal do Município, encontrando-se, portanto, asseguradas por estes organismos.

2. Projetos para votação

A fase decisiva e de participação pública do ECO será a votação, na qual a lista final de 10 projetos será submetida à escolha dos cidadãos. Este processo democrático decorrerá no início de 2026, ao longo de um período alargado, nas duas últimas semanas de janeiro, e de forma descentralizada, abrangendo as várias freguesias do concelho de Estarreja.

Para a concretização da proposta vencedora, o Município de Estarreja assegura um investimento total de até 100 000,00€. Este montante é proveniente de um financiamento específico da União Europeia, no âmbito do projeto TRANS-lighthouses, reforçando o compromisso do concelho com a inovação e as metas de sustentabilidade europeias.

Desta forma, fica garantido que qualquer um dos 10 projetos descritos abaixo tem o enquadramento financeiro e a viabilidade técnica para ser implementado caso seja eleito.

Apresentam-se, de seguida, os 10 projetos e os respetivos detalhes essenciais para a sua avaliação: descrição, enquadramento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, benefícios e limitações de implementação, tipologia de despesas e execução temporal.

Projeto 1 | Rede Municipal de Microrreservas

Local de implementação: Concelho, diversos locais

Descrição do projeto: Preservar e valorizar a biodiversidade local através da implementação a médio/longo prazo de uma rede de microrreservas. Esta rede terá como meta a criação de, pelo menos, duas microrreservas por freguesia, procurando cobrir as especificidades territoriais: uma na zona lagunar e outra na zona nascente, sempre que a viabilidade o permita.

Como ação concreta, prevê-se a implementação de um mínimo de duas microrreservas em 2026, a serem localizadas em locais identificados como prioritários para a conservação.

Enquadramento nos ODS: 6 - água potável e saneamento; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 13 - ação climática; 14 - proteger a vida marinha; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Preservação da biodiversidade local e, em particular, de espécies ameaçadas de fauna e flora. Implementação de pequenas áreas dedicadas à conservação da Natureza em todas as freguesias, fortalecendo a ligação entre as pessoas e o património natural. Restauro ecológico de áreas ameaçadas ou degradadas. Grande variedade de ecossistemas e espécies abrangidas.

(-) Dificuldade na identificação de proprietários dos terrenos prioritários. Processo burocrático, sendo a implementação das microrreservas dependente do estabelecimento de protocolos e/ou de aquisição de terrenos. Baixa continuidade espacial.

Orçamento estimado: 90 500€

Tipologia de despesas: Aquisição de terrenos, serviços de gestão do terreno e vegetação, aquisição de equipamentos de apoio à visitação e de plantas para restauro ecológico, serviços de design e comunicação física e digital, recursos humanos, entre outros.

Execução temporal: Implementação de um mínimo de duas microrreservas até ao final de 2026, ampliando a rede nos anos seguintes. Projeto contínuo no tempo.

Nota deixada pelos participantes: Este projeto pode ser enquadrado como complemento ao Parque Natural de âmbito local (Projeto 4), que na legislação prevê a possibilidade de Zonas de Proteção Dirigida, como as microrreservas.

Projeto 2 | Nascentes e charcos de Estarreja: Valorização de espaços azuis

Local de implementação: Concelho, diversos locais

Descrição do projeto: Constituição de grupos de trabalho por freguesia, que incluam agentes locais, com vista a identificar locais, prioridades e medidas a aplicar. Restauro de nascentes/fontes e a sua envolvente, e requalificação ou criação de charcos e outros pontos de água naturais ou artificiais em todas as freguesias, visando a promoção e o incremento da biodiversidade. Em 2026, prevê-se a beneficiação de um mínimo de uma nascente, e a implementação de quatro charcos, em locais considerados como prioritários pelos grupos de trabalho.

Enquadramento nos ODS: 6 - água potável e saneamento; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 13 - ação climática; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Requalificação ambiental e cultural de espaços tradicionalmente utilizados no concelho, nomeadamente nascentes/fontes. Promoção da biodiversidade local com a implementação de charcos, e preservação de espécies ameaçadas de fauna e flora. Criação de hotspots de biodiversidade.

(-) Dificuldade na identificação de proprietários dos terrenos necessários à implementação dos charcos. Benefícios ambientais muito localizados.

Orçamento estimado: 77 500€

Tipologia de despesas: Serviços de gestão do terreno e vegetação, aquisição de terrenos para implementação de charcos, aquisição de equipamentos de apoio à visita, aquisição de materiais e plantas para construção de charcos, serviços de design e comunicação física e digital, recursos humanos, entre outros.

Execução temporal: Restauro/requalificação de, no mínimo, uma nascente/fonte e envolvente, e implementação de quatro charcos até ao final de 2026, ampliando a outros locais nos anos seguintes.

Projeto 3 | Renaturalizar o Antuã: Conservação e Restauro da Galeria Ripícola de um troço do Rio (Projeto 5 da sessão de co-desenho)

Local de implementação: Rio Antuã (troço a definir)

Descrição do projeto: Criar um plano de ação para um troço do Rio Antuã, com desenvolvimento de ações de remoção de resíduos urbanos e provenientes de demolição e construção, e estabilização das margens degradadas com recurso a técnicas de engenharia natural. Promover a biodiversidade local através do restauro ecológico da galeria ripícola, nomeadamente com ações de controlo de espécies invasoras e de plantação de espécies nativas.

Enquadramento nos ODS: 6 - água potável e saneamento; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 13 - ação climática; 14 - proteger a vida marinha; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Restauro da galeria ripícola e conseqüente promoção da biodiversidade em áreas ribeirinhas. Melhoria da conectividade ecológica. Controlo localizado de espécies invasoras, reduzindo o seu

impacte e dispersão. A longo prazo, aumento da estabilidade das margens do Rio e controlo da erosão.

(-) Projeto dependente de parecer das entidades competentes. Dificuldade na identificação de proprietários. Locais de difícil acesso, nomeadamente a maquinaria. Efeitos a médio/longo prazo.

Orçamento estimado: 100 000€

Tipologia de despesas: Elaboração de projeto, serviços de sapador e de gestão e modelagem do terreno, aquisição de plantas, recursos humanos, design e comunicação do projeto, entre outros.

Execução temporal: Projeto com um período de execução significativo, entre 2026/27. Ações práticas de restauro, em locais específicos, a decorrer até ao final de 2026.

Nota da equipa técnica: O Projeto 5 da sessão de co-desenho, como foi detalhado na sessão de co-desenho, previa uma atuação em todas as linhas de água do concelho, algo que seria incomportável em termos financeiros e temporais neste projeto. De forma a não se excluir a proposta, optou-se por restringir a área-alvo a um troço do Rio Antuã, principal linha de água doce do concelho.

Projeto 4 | Parque Natural de âmbito local (fusão dos Projetos 3 e 7 da sessão de co-desenho)

Local de implementação: Concelho (área concreta a definir)

Descrição do projeto: Criação de uma ferramenta/figura legal (parque natural de âmbito local) que promova a conservação da natureza de forma integrada com a economia e cultura locais, potenciando e valorizando o BioRia, a área florestal nascente, e o território de Estarreja como um todo.

Os principais objetivos do projeto incluem a seleção e aquisição de terrenos estratégicos para a conservação da biodiversidade, a criação de áreas de proteção dirigida, a promoção de modelos de gestão sustentável da paisagem, e do ecoturismo através de atividades e percursos pedestres, o fortalecimento da ligação entre património natural e cultural, a promoção de negócios locais e das práticas sustentáveis, entre outros.

Enquadramento nos ODS: 3 - saúde de qualidade; 6 - água potável e saneamento; 8 - trabalho digno e crescimento económico; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 12 - produção e consumo sustentáveis; 13 - ação climática; 14 - proteger a vida marinha; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Valorização do património natural de Estarreja, do BioRia, e aumento da atratividade do território. Preservação da biodiversidade através da criação de áreas dedicadas à conservação. Promoção do turismo de natureza, dos produtos e negócios locais. Figura legal de classificação que alicerça candidaturas a financiamento. Fomento da formação e sensibilização da população para a conservação da natureza e da biodiversidade. Incentivo à participação ativa e o contacto direto com a natureza.

(-) Processo moroso. Requer o envolvimento dos diferentes atores-chave do território.

Orçamento estimado: 100 000€

Tipologia de despesas: Recursos humanos, gestão e modelagem do terreno, aquisição de terrenos, equipamento de apoio à visitação e sinalética, website, design e comunicação, entre outros.

Execução temporal: Elaboração de Relatório Técnico, definição da área a classificar, ações de conservação no terreno, atividades lúdicas e pedagógicas, e seleção de zonas prioritárias até ao final de 2026. Classificação do Parque Natural de âmbito local em 2027, acompanhado do plano de comunicação. Projeto contínuo no tempo.

Nota da equipa técnica: Este projeto resulta da fusão entre o Projeto 3 “Parque Natural Local” e o Projeto 7 “Parque Natural do BIORIA e do Baixo Vouga lagunar de âmbito local”. Projeto a desenvolver por fases, com implementação prática em simultâneo.

Projeto 5 | Plano de controlo de espécies invasoras (Projeto 8 da sessão de co-desenho)

Local de implementação: Concelho (frente lagunar e área piloto num troço do Rio Antuã)

Descrição do projeto: Implementação de uma estratégia de controlo de erva-das-pampas (*Cortaderia selloana*) na frente lagunar do Concelho, e de um projeto-piloto de controlo de acácias (*Acacia* sp.) nas margens do Rio Antuã. Criação de uma equipa de trabalho e mapeamento das áreas a intervir, comunicação e articulação com proprietários, e posterior

controlo mecânico e/ou químico de exemplares destas espécies invasoras. Restauro ecológico das zonas intervencionadas com plantação de espécies da flora autóctones.

Enquadramento nos ODS: 6 - água potável e saneamento; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 13 - ação climática; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Atuação em zonas prioritárias com redução dos impactes das espécies invasoras em foco e da sua dispersão, resultando na recuperação dos habitats, aumento da resiliência dos ecossistemas e beneficiação da biodiversidade. O restauro ecológico contribui para a ação climática, com o aumento do sequestro de carbono por parte da vegetação nativa potenciada pelas ações. Sensibilização da população para a problemática das invasões biológicas, e aumento do conhecimento acerca de espécies invasoras.

(-) Ações localizadas e com efeitos circunscritos no espaço, necessidade de identificação de proprietários para resultados mais evidentes e duradouros. É indispensável o acompanhamento das intervenções a médio prazo, para controlo do banco de sementes das espécies invasoras.

Orçamento estimado: 84 000€

Tipologia de despesas: Elaboração de planos e projetos de intervenção, aquisição de serviços de sapador e de maquinaria, aquisição de plantas, recursos humanos, design e comunicação do projeto, entre outros.

Execução temporal: Projeto com ações práticas de controlo de plantas invasoras, em locais específicos, a decorrer até ao final de 2026. Acompanhamento das áreas intervencionadas a médio prazo.

Nota da equipa técnica: O projeto previa ainda uma ação referente ao lagostim-vermelho-do-Louisiana (*Procambarus clarkii*) que foi retirada devido a constrangimentos legais.

Projeto 6 |+ Floresta: Promoção da Floresta Nativa (Fusão dos Projetos 9 e 22 da sessão de co-desenho)

Local de implementação: Concelho

Descrição do projeto: Incentivo à plantação de espécies de árvores nativas com vista a aumentar a área de floresta nativa no concelho, salvaguardar os valores naturais de Estarreja e reduzir o

risco de incêndio. O projeto inclui a criação de um viveiro florestal municipal para produção e fornecimento de árvores nativas, e a implementação de uma floresta modelo, assim como a definição de regulamento para candidaturas a apoio e aconselhamento técnico, e a criação de um manual de boas práticas adaptado à realidade do município.

Enquadramento nos ODS: 6 - água potável e saneamento; 8 - trabalho digno e crescimento económico; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 12 - produção e consumo sustentáveis; 13 - ação climática; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Dotação de um viveiro florestal municipal. Promoção da biodiversidade em áreas florestais e urbanas. Redução dos riscos de incêndio utilizando floresta nativa.

(-) Projeto maioritariamente relevante para proprietários de terrenos onde possam ser plantadas árvores. Beneficiação de áreas privadas, não disponíveis à população em geral. Eficácia do projeto depende da adesão da população.

Orçamento estimado: 98 000€

Tipologia de despesas: Implementação de um viveiro florestal, aquisição de plantas e materiais e equipamentos para a sua produção localizada, recursos humanos, website, design e comunicação, produção de guia de boas práticas, gestão de terreno, entre outros.

Execução temporal: Implementação do viveiro florestal e da floresta-modelo, e definição de regulamento e abertura de candidaturas em 2026. Guia de boas práticas em 2027. Projeto contínuo no tempo.

Nota da equipa técnica: Projeto resultante da fusão entre o Projeto 9 “Incentivo à plantação de espécies autóctones” e o Projeto 22 “+Floresta”. Foram retiradas ações específicas que constituem competências do Gabinete Técnico Florestal da CME e da Associação de Produtores Florestais do Baixo Vouga.

Projeto 7 | Trilhos do Vale do Antuã: Valorização do Património Natural e Cultural (Projeto 11 da sessão de co-desenho)

Local de implementação: Vale do Antuã

Descrição do projeto: Implementação de um trilho pedestre ao longo do Rio Antuã, entre a Minhoteira e o Parque Municipal do Antuã, recuperando caminhos já existentes. Interligar o património natural com o cultural (exemplo: moinhos, açudes, pontes, etc.) e criar conteúdos pedagógicos. Dinamizar ações de promoção da biodiversidade local e de divulgação do projeto.

Enquadramento nos ODS: 3 - saúde de qualidade; 6 - água potável e saneamento; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 13 - ação climática; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Implementação de um novo percurso pedestre. Destaque das atividades e tradições do passado, relacionadas com o património molinológico. Promoção do turismo de natureza.

(-) Benefícios diretos reduzidos para o ambiente. Dificuldade na identificação de proprietários. Envolve locais de difícil acesso, nomeadamente a maquinaria.

Orçamento estimado: 90 500€

Tipologia de despesas: Recursos humanos, serviços de sapador e de gestão de terreno, reabilitação de caminhos, comunicação e design, aquisição de equipamentos de apoio à visita, entre outros.

Execução temporal: Processo de implementação moroso. Identificação e mapeamento do trilho, ações de beneficiação do trilho, seus acessos e áreas envolventes, até ao final de 2026. Implementação finalizada em 2027.

Projeto 8 | Arroz Estarreja: Incentivo e valorização da orizicultura (Projeto 12 da sessão de co-desenho)

Local de implementação: Concelho

Descrição do projeto: Incentivar e valorizar a produção de arroz no Baixo Vouga Lagunar (Estarreja), incluindo através da certificação DOP (Denominação de Origem Protegida). O Projeto inclui ações como o levantamento dos terrenos com potencial para orizicultura e dos seus

proprietários, a criação de uma linha de apoio ao cultivo do arroz (criação de regulamento, análise de candidaturas), a aquisição de terrenos contíguos aos arrozais para gerir como áreas de refúgio para a biodiversidade, e a formação e capacitação de agricultores para práticas agrícolas sustentáveis. Divulgação e comunicação dos produtos e práticas utilizadas.

Enquadramento nos ODS: 2 - erradicar a fome; 6 - água potável e saneamento; 8 - trabalho digno e crescimento económico; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 12 - produção e consumo sustentáveis; 13 - ação climática; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Promoção da orizicultura de Estarreja e dos seus efeitos positivos na paisagem e biodiversidade locais. Valorização de um produto local. Melhoria da articulação entre o cultivo de arroz e a biodiversidade.

(-) Processo moroso por carecer de regulamento próprio. Benefícios diretos do projeto focados num grupo reduzido de pessoas. Atribuição da Denominação de Origem Protegida regulada por entidades externas. Eficiência da capacitação depende da adesão.

Orçamento estimado: 91 500€

Tipologia de despesas: Recursos humanos, aquisição de terrenos, ações de formação e capacitação, serviços de consultoria e de comunicação e design, apoios para orizicultores, entre outros.

Execução temporal: Elaboração do regulamento para a linha de apoio ao longo de 2026, com posterior submissão para aprovação, e implementação no início de 2027. Promoção de 5 sessões de capacitação em 2026 para orizicultores, com temas a definir com os mesmos. Aconselhamento e elaboração do pedido de obtenção da Denominação de Origem Protegida ao longo de 2026.

Projeto 9 | Cultivar Saber: Capacitar para uma Agricultura Sustentável (Projeto 13 da sessão de co-desenho)

Local de implementação: Concelho

Descrição do projeto: Promover a disponibilização de informação técnica e boas práticas para agricultores, e dinamizar ações de formação e capacitação. O projeto prevê um mínimo de cinco

sessões de capacitação com temas a definir, em áreas como a agricultura biológica, melhoria do solo, gestão da água, gestão de resíduos, agroquímicos, podas, adubação, pragas, agricultura regenerativa, ou promoção da biodiversidade em paisagens agrícolas, bem como a preparação de um guia de boas práticas.

Enquadramento nos ODS: 2 - erradicar a fome; 8 - trabalho digno e crescimento económico; 12 - produção e consumo sustentáveis; 13 - ação climática; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Adoção de boas práticas agrícolas traz benefícios ambientais e de saúde pública. Promoção do conhecimento junto dos agricultores do concelho em temáticas importantes para a atividade.

(-) Eficiência da capacitação depende da adesão. Processo de produção de um guia de boas práticas moroso. Benefícios ambientais indiretos e dependentes da aplicação das boas práticas.

Orçamento estimado: 85 000€

Tipologia de despesas: Sessões de capacitação, recursos humanos, serviço de comunicação e divulgação, e produção do guia de boas práticas.

Execução temporal: Promoção das cinco sessões de capacitação em 2026. Elaboração dos conteúdos para o guia de boas práticas ao longo de 2026, com produção em 2027.

Projeto 10 | Jardins do Futuro: Espaços Verdes Resilientes e de Baixa Manutenção (Projeto 23 da sessão de co-desenho)

Local de implementação: Concelho

Descrição do projeto: Alteração dos espaços verdes do concelho para locais ricos em espécies de plantas nativas e exóticas de baixa manutenção. Iniciar com estudo técnico dos locais a trabalhar (ex.: rotundas, parques, arruamentos), implementando simultaneamente um projeto piloto, e estabelecendo uma estratégia de marketing e comunicação para os espaços verdes sustentáveis. Melhorar as condições do atual viveiro municipal, ou criar um novo. A médio/longo prazo, criar um parque que inclua uma grande diversidade de flora (Jardim Botânico) e áreas de prados apícolas.

Enquadramento nos ODS: 3 - saúde de qualidade; 6 - água potável e saneamento; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 12 - produção e consumo sustentáveis; 13 - ação climática; 15 - proteger a vida terrestre

Benefícios e limitações de implementação:

(+) Promoção da biodiversidade urbana. Aumento da eficiência da gestão dos espaços verdes. Melhoria da qualidade de vida. Sensibilização para a importância dos espaços verdes urbanos. Criação de um novo espaço verde de lazer. Menor consumo de recursos e aumento da resistência às alterações climáticas e pragas. Custos de manutenção dos espaços verdes mais baixos. Melhoria da conectividade ecológica.

(-) Criação de um novo parque implica um local com condições adequadas e espaço. Benefícios ambientais limitados às áreas urbanas/industriais.

Orçamento estimado: 92 000€

Tipologia de despesas: Aquisição de plantas e implementação/melhoria de viveiro, serviços de elaboração de projetos, e de preparação/gestão de terrenos, design e comunicação do projeto, recursos humanos, entre outros.

Execução temporal: Elaboração do plano de ação para o concelho, e implementação de projeto piloto ao longo de 2026. Alteração dos restantes espaços verdes entre 2026 e 2027. Criação de novo parque até final de 2027.

3. Lista final de projetos

No seguimento deste processo, apresenta-se na tabela infra a lista final de projetos considerados elegíveis pelos serviços municipais para votação:

Nº	Designação do projeto
1	Rede Municipal de Microrreservas
2	Nascentes e charcos de Estarreja: valorização de espaços azuis
3	Renaturalizar o Antuã: Conservação e Restauro da Galeria Ripícola de um troço do rio
4	Parque Natural de âmbito local
5	Plano de controlo de espécies invasoras
6	+ Floresta: Promoção da Floresta Nativa
7	Trilhos do Vale Antuã: Valorização do Património Natural e Cultural
8	Arroz Estarreja: Incentivo e valorização da orizicultura
9	Cultivar Saber: Capacitar para uma agricultura sustentável
10	Jardins do Futuro: Espaços Verdes Resilientes e de Baixa Manutenção



WWW.ECO-ESTARREJA.PT